

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Clientes, Corretores, Colaboradores e Parceiros.

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da CAPEMISA Capitalização relativas ao exercício de 2019, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, conjugadas com as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

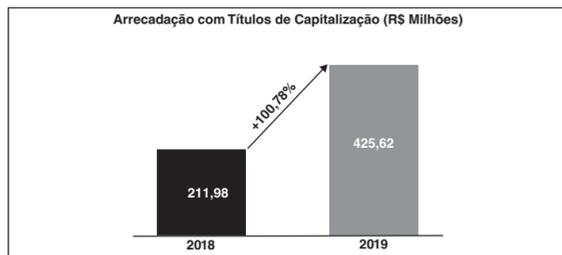
1. Desempenho das Operações de Capitalização

A implantação do novo marco regulatório estabeleceu novas modalidades de títulos de capitalização: Filantropia Premiável (modalidade cuja característica principal é o direcionamento de parte da arrecadação para projetos de relevância social ligada a Entidades beneficentes) e Instrumento de Garantia (modalidade utilizada para garantir obrigação financeira previamente assumida pelo subscritor), as quais se juntaram às já instituídas Tradicional, Popular, Incentivo e Compra Programada. Para se adequar à nova regulamentação, a Capemisa Capitalização realizou investimentos em capital humano, tecnológico e na mudança de processos.

A Companhia iniciou a oferta de novos produtos aos seus clientes em concordância com as novas circulares normativas SUSEP nº 569/2018, 576/2018 e 582/2018, que descrevem as regras de elaboração, operação e comercialização dos títulos de capitalização.

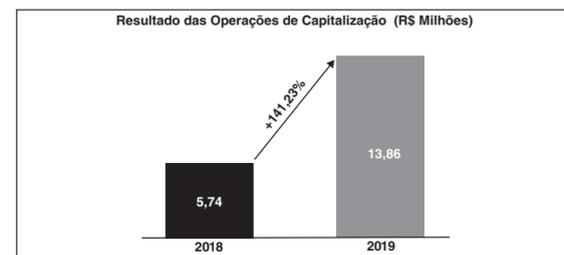
Arrecadação

Atenta às oportunidades geradas pelo novo marco regulatório, a Empresa aproveitou as circunstâncias para se consolidar como um dos principais players do mercado de Filantropia Premiável. Esse movimento culminou na elevação do ticket médio dos títulos comercializados pela Empresa e, consequentemente, na arrecadação total da Companhia, que aumentou em 100,78% em relação ao exercício de 2018. Do mesmo modo, as despesas com sorteios apresentaram crescimento de 44,75%, contemplando 13 mil sorteios (10 mil em 2018).



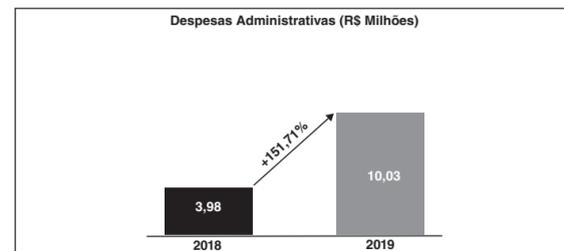
Resultado das Operações de Capitalização

Acompanhando o crescimento das arrecadações, o resultado operacional de capitalização aumentou em 141,23%, influenciado, principalmente, pela comercialização dos produtos de Filantropia Premiável.



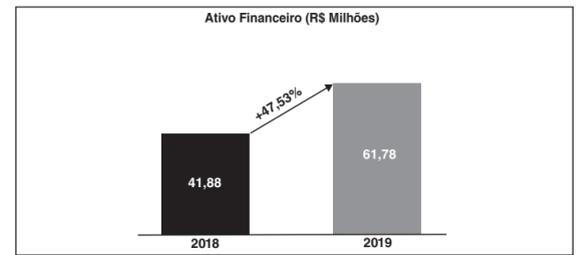
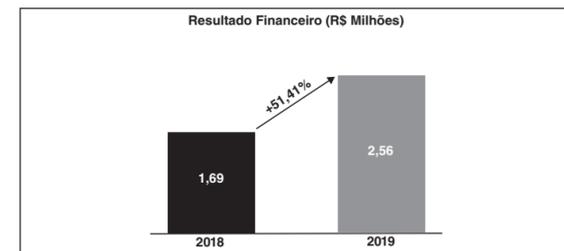
Despesas Administrativas

Em 2019, as despesas administrativas cresceram 151,71% em relação ao ano anterior. Tal elevação foi impulsionada pelo investimento realizado com pessoal e tecnologia, visando suportar o crescimento das operações, e também pelo aumento dos tributos PIS e Cofins, explicado pela composição de preços do produto Filantropia Premiável.



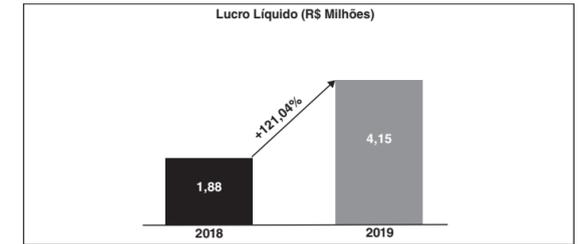
Resultado Financeiro

As novas operações da Companhia contribuíram para o aumento da receita de títulos de Capitalização, resultando no crescimento operacional da Empresa. Dado este cenário, no exercício de 2019 a Companhia obteve uma maior disponibilidade de capital para alocar nos investimentos disciplinados na resolução CMN nº 4.444/2015 e suas alterações, gerando, assim, um resultado financeiro 51,41% maior do que o obtido em 2018.



Lucro Líquido

Em função do grau de especialização da Companhia na modalidade Filantropia Premiável, a Empresa captou novos clientes e parceiros, de modo a apresentar um crescimento expressivo em todos seus indicadores e, por consequência, em seu resultado. Em 2019, o Lucro Líquido atingiu R\$ 4,15 milhões, valor 121,04% maior do que o obtido em 2018. Deste modo, elevou-se de forma relevante o capital de seus acionistas, rentabilizando o Patrimônio dos mesmos em 19,53%.



2. Desafios e Gestão

O principal desafio da Companhia para o segmento de capitalização é ampliar a participação de mercado atingindo novos segmentos e canais de distribuição, notadamente nas modalidades de Filantropia Premiável e Incentivo.

Neste cenário, a Companhia vem investindo seus recursos financeiros, tecnológicos e humanos para adaptar seus sistemas, processos e contratos a nova regulamentação, mantendo-se em compliance com as boas práticas de mercado.

3. Governança Corporativa

O Grupo CAPEMISA vem desenvolvendo o seu modelo de gestão com ações concretas de implementação dos princípios e das melhores práticas de Governança Corporativa. A revisão das diretrizes corporativas e o aprimoramento contínuo da gestão de riscos, dos controles internos e das ações de prevenção e combate à fraude e lavagem de dinheiro, têm permitido um salto em qualidade na manutenção e no refinamento do seu modelo de negócios, considerando sempre os padrões mais elevados de integridade, ética profissional e social. A segurança da informação é uma preocupação constante para o Grupo.

4. Declaração sobre a Capacidade Financeira

A Administração, em conformidade com as exigências legais, constituiu provisões, de acordo com as melhores práticas de gestão, tendo assim, seus riscos administrados e mitigados de acordo com as normas da SUSEP, o que ratifica a solvência da Companhia para cobertura de suas responsabilidades. A CAPEMISA Capitalização se mantém como Empresa sólida e capaz de honrar seus compromissos, em sua totalidade, até o seu vencimento. Conforme requerido pela Circular SUSEP nº 517/15, e alterações, declaramos que os títulos classificados na categoria "até o vencimento" serão mantidos.

5. Reformulação, Reorganização Societária e/ou Alteração no Controle Acionário

A administração ressalta que não houve reformulações, reorganizações societárias e/ou alterações no controle acionário da Companhia.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de Reais)

ATIVO	Notas	2019	2018	PASSIVO	Notas	2019	2018
CIRCULANTE		69.610	54.413	CIRCULANTE		51.287	38.983
Disponível		1.482	709	Contas a pagar		3.397	1.979
Caixa e bancos		1.482	709	Obrigações a pagar	9	1.021	619
Aplicações	4	55.964	36.614	Impostos e encargos sociais a recolher	10	1.320	874
Créditos das operações de capitalização		11.939	17.039	Encargos trabalhistas	10	212	109
Créditos das operações de capitalização	5	10.937	17.039	Impostos e contribuições	11	844	377
Outros créditos operacionais	6	1.002	-	Débitos de operações com capitalização	12	218	-
Títulos e créditos a receber	7	200	31	Débitos operacionais		218	-
Créditos tributários e previdenciários	7.1	193	31	Depósitos de terceiros	13	724	879
Outros créditos		7	-	Provisões técnicas - capitalização	14	46.948	36.125
Despesas antecipadas		25	20	Provisão para resgates		38.139	26.918
ATIVO NÃO CIRCULANTE		6.095	5.297	Provisão para sorteio		7.962	8.847
Realizável a longo prazo		6.027	5.292	Provisão administrativa		847	360
Aplicações	4	5.814	5.261	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		54	18
Títulos e créditos a receber	7	213	31	Contas a pagar		54	18
Créditos tributários e previdenciários	7.1	209	31	Tributos diferidos	15	54	18
Depósitos judiciais e fiscais		4	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16	24.364	20.709
Imobilizado		4	4	Capital social	16.1	16.759	13.258
Bens móveis		4	4	Aumento de capital (em aprovação)	16.2	-	3.500
Intangível	8	64	1	Reservas de lucros		7.524	3.929
Outros intangíveis		64	1	Ajuste de avaliação patrimonial		81	22
TOTAL DO ATIVO		75.705	59.710	TOTAL DO PASSIVO		75.705	59.710

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de Reais)

Discriminação	Notas	Reservas de Lucros					Lucros Acumulados	Total
		Capital Social	Aumento Capital (Em Aprovação)	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Ajuste TVM		
Saldos em 31 de dezembro de 2017		13.258	-	149	2.181	-	-	15.588
Distribuição de dividendos adicionais conforme Ata de AGO de 08 de março de 2018		-	-	-	167	-	-	167
Aumento de capital: Conforme AGE de 18/12/2018		-	3.500	-	-	-	-	3.500
Títulos e valores mobiliários reflexo		-	-	-	-	22	-	22
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	-	1.877	1.877
Proposta p/ distribuição do resultado								
Reserva legal	16.3	-	-	94	-	-	(94)	-
Reservas estatutárias	16.3	-	-	-	1.338	-	(1.338)	-
Dividendos	16.4	-	-	-	-	-	(445)	(445)
Saldos em 31 de Dezembro de 2018		13.258	3.500	243	3.686	22	-	20.709
Capital integralizado em 17/01/2019		-	1	-	-	-	-	1
Revisão da proposta de distribuição do resultado de 2018, conforme AGO 27/02/2019		-	-	-	445	-	-	445
Aprovação Aumento de Capital conforme Portaria SUSEP/CGRAL 45 nº de 03/05/2019		3.501	(3.501)	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários		-	-	-	-	59	-	59
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	-	4.150	4.150
Proposta p/ distribuição do resultado								
Reserva legal	16.3	-	-	208	-	-	(208)	-
Reservas estatutárias	16.3	-	-	-	2.942	-	(2.942)	-
Juros sobre o Capital Próprio	16.4	-	-	-	-	-	(1.000)	(1.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		16.759	-	451	7.073	81	-	24.364

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Notas	2019	2018
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		4.150	1.877
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES (ORA)			
Itens que serão reclassificados para o resultado:			
Ativos financeiros disponíveis para venda - ajuste a valor justo	4.1	95	40
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	15	(36)	(18)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES, LÍQUIDOS DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		59	22
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL		4.209	1.899

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 - Contexto operacional: A Capemisa Capitalização S.A. ("Sociedade") é uma Sociedade Anônima Fechada, autorizada a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) para operar planos de capitalização em todo o território nacional, podendo, ainda, participar de outras Sociedades. A Sociedade está atuando nas modalidades Incentivo, Filantropia Premiável e Instrumento de Garantia. Entende-se por Modalidade Incentivo o Título de Capitalização que está vinculado a um evento promocional instituído pelo Subscritor. O subscritor neste caso é a empresa que compra o título e o cede total ou parcialmente (somente o direito ao sorteio) aos clientes consumidores do produto utilizado no evento promocional. E ainda, entende-se por Modalidade Filantropia Premiável aquela em que o consumidor tem a prerrogativa em doar o resgate para uma entidade filantrópica já no ato da compra e permanece com o direito de participar dos sorteios. E ainda, entende-se por Modalidade Instrumento de Garantia o Título de Capitalização que está vinculado como garantia de obrigações previamente assumidas pelo Subscritor.

2 - Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras:

2.1 - Base de preparação: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP,

conjugadas com as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, recepcionados pela SUSEP no que não contrariem a Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações. Na elaboração das demonstrações financeiras foi realizado o critério de comparabilidade estabelecido no pronunciamento CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade operacional e declara que não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações foram elaboradas com base no princípio da continuidade. **2.2 - Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto os seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e os instrumentos financeiros disponíveis para venda; e • Provisões técnicas mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP. **2.3 - Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Sociedade é o Real e todos os saldos, exceto quando indicado de outra forma, estão apresentados em milhares de reais e foram

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Notas	2019	2018
Receita líquida com títulos de capitalização		236.341	105.476
Arrecadação com títulos de capitalização		425.617	211.978
Variação da provisão para resgate		(189.276)	(106.502)
Variação das provisões técnicas		(488)	(87)
Resultado com sorteio		(141.348)	(97.647)
Custos de aquisição		(79.714)	(813)
Outras receitas e despesas operacionais		(934)	(1.185)
Outras receitas operacionais		535	57
Outras despesas operacionais		(1.469)	(1.242)
Despesas administrativas		(5.533)	(3.551)
Pessoal próprio	19.c	(3.728)	(2.348)
Serviços de terceiros	19.d	(1.101)	(899)
Localização e funcionamento	19.e	(482)	(130)
Publicidade e propaganda		(27)	(51)
Publicações		(73)	(66)
Donativos e contribuições		(54)	(33)
Despesas administrativas diversas		(68)	(24)
Despesas com tributos		(4.493)	(432)
Resultado financeiro		2.563	1.692
Receitas financeiras		3.181	1.980
Despesas financeiras		(1.618)	(288)
Reversão do Juros sobre capital próprio		1.000	-
Resultado operacional		6.394	3.453
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		(5)	(6)
Resultado antes dos impostos e participações		6.389	3.447
Imposto de renda	20	(1.364)	(834)
Contribuição social	20	(816)	(694)
Participações sobre o lucro		(59)	(42)
Lucro líquido do exercício		4.150	1.877
Quantidade de ações		15.914.000	15.914.000
Lucro líquido do exercício por ação (em reais)		0,26	0,12

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de Reais)

	2019	2018
Atividades Operacionais	4.150	1.877
Resultado líquido do exercício	4.150	1.877
Depreciação e amortizações	1	1
Redução ao valor recuperável dos ativos	428	51
Ganhos e perdas não realizados com TVM	59	22
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(19.902)	(22.614)
Créditos das operações de capitalização	6.041	(4.948)
Créditos fiscais e previdenciários	(162)	(69)
Ativo fiscal diferido	(178)	-
Depósitos judiciais e fiscais	(5)	-
Despesas antecipadas	(5)	(12)
Outros ativos	(1.376)	-
Impostos e contribuições	2.952	2.051
Outras contas a pagar	397	(205)
Depósitos de terceiros	(155)	539
Provisões técnicas - capitalização	10.822	22.122
Tributos diferidos	36	-
Outros passivos	218	-
Caixa Gerado (Consumido) pelas Operações	3.321	(1.185)
Imposto sobre o lucro pagos	(2.485)	(1.383)
Caixa Líquido Gerado (Consumido) nas Atividades Operacionais	836	(2.568)
Imobilizado	-	

continuação

financeiras; (ii) As informações sobre as incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material próximo no período contábil. • Nota 2.6 - Estimativa do valor justo • Nota 2.7 - Gestão de Riscos • Nota 3.1 - Instrumentos Financeiros • Nota 3.6 e Nota 14 - Provisões Técnicas • Nota 4 - Aplicações Financeiras. **2.6 - Estimativa do valor justo:** Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Administração usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Pressupõe-se que os saldos dos créditos das operações de capitalização e os demais saldos de créditos a receber, menos a perda (*impairment*); contas a pagar e as provisões técnicas registradas pelo valor contábil, estejam próximos de seus valores justos. Os itens abaixo classificam os instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação: • **Nível 1** - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; • **Nível 2** - informações, além dos preços cotados no Nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços). • **Nível 3** - informações para os ativos ou passivos que não são baseados em dados observáveis de mercado (ou seja, premissas não observáveis). **2.7 - Gestão de riscos:** A CAPEMISA Capitalização possui uma estrutura de Gestão de Riscos, com reporte direto à Diretoria, que reflete o seu tamanho, natureza e complexidade. A estrutura é liderada pela Superintendência de Governança Corporativa e visando manter o princípio da transparência na gestão de riscos, a Companhia utiliza uma ferramenta que consolida os riscos, mantendo o monitoramento dos níveis de exposição aos principais riscos reportados na matriz *versus* os controles, contendo *workflow* e *follow-up* de cada plano de ação, que permite uma ação tempestiva e medidas cabíveis em caso de não conformidade com os limites definidos. Desta forma torna-se possível avaliar os riscos aceitos ou se há riscos que demandam uma estratégia de evitá-los, mitigá-los ou transferi-los. As principais categorias de riscos decorrentes dos negócios da Companhia são os Riscos de Subscrição, Crédito, Mercado e Operacional. O processo de gerenciamento de riscos permeia diferentes departamentos, com os papéis e responsabilidades definidos no manual da organização e nele contempla a atuação integrada do gestor como proprie-

tário dos riscos na primeira linha de defesa. A Gestão de Riscos se dá por meio de políticas e estratégias que são reavaliadas frequentemente, com o aprimoramento contínuo da gestão baseada em riscos e uma visão integrada ao seu sistema de controles internos, para o monitoramento das suas operações de negócios e atendimento aos compromissos com seus acionistas, clientes, órgão regulador e fiscalizador e demais partes com as quais se relaciona. **Processo de Gestão dos Riscos Financeiros:** A Gestão de Risco dos instrumentos financeiros é conduzida na primeira camada pela Gerência Financeira que faz a gestão e executa as estratégias de investimentos considerando os critérios de liquidez, solvência, rentabilidade e segurança orientada pela Circular Normativa de investimentos, na qual estão inseridas as diretrizes de investimentos da Sociedade. Na segunda camada, a Sociedade possui um Comitê de Investimentos que tem por objetivo assessorar na Gestão de Investimentos, avaliando a conformidade com a legislação vigente e a Política de Investimentos contida na circular normativa de investimentos. A atividade da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros, classificados como: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. **Risco de mercado:** Consiste na possibilidade de perdas decorrentes das flutuações do valor dos ativos, cotações de mercado dada às oscilações do mercado financeiro, bem como das taxas de juros ou outros fatores de risco incluindo risco de moeda e de risco de preço. O controle e a identificação dos riscos dos ativos financeiros são baseados em análise quantitativa, usando como base o modelo de capital de risco de mercado da SUSEP. Visto o perfil de negócio da Capemisa, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para a efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimentos segregadas por fator de risco de mercado:

	2019	2018
Pós Fixados (SELIC/CDI)	84,32%	84,60%
Pré Fixados	15,68%	15,40%

Risco de crédito: É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito de-

Em 2019:

	Vencidos			A Vencer		Total
	Sem Vencimento	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	
Caixa e Bancos	1.482	-	-	-	-	1.482
Aplicações	55.964	-	-	-	5.814	61.778
Créditos das Operações de capitalização	-	67	-	10.937	-	11.004
Outros créditos operacionais	-	-	-	1.002	-	1.002
Total dos ativos	57.446	67	-	11.939	5.814	75.266

	Vencidos			A Vencer		Total
	Sem Vencimento	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	
Contas a pagar	54	-	-	3.397	-	3.451
Débitos de operações com capitalização	-	218	-	-	-	218
Depósitos de terceiros	724	-	-	-	-	724
Provisões Técnicas	847	2.301	1.257	42.543	-	46.948
Total dos passivos	1.625	2.519	1.257	45.940	-	51.341

Derivativos: A Capemisa Capitalização não apresentou posicionamento direto em derivativos no exercício de 2019. A única exposição a derivativos se deve a fundos de investimentos abertos que utilizaram os mesmos na função de *Hedge* de carteira. A Capemisa realiza internamente acompanhamento dos ativos dos fundos de que é cotista e todos os fundos respeitam as regulações vigentes (Resolução BACEN nº 4.444 de 2015 e Resolução CNSP nº 321 de 2015). Observamos que os regulamentos desses fundos, além de determinarem que os derivativos somente podem ser utilizados na faculdade de *Hedge* das carteiras, estabelecem que os mesmos não podem realizar alavancagem de sua posição ou de seu patrimônio líquido. **3 - Principais Práticas Contábeis:** As principais práticas contábeis utilizadas são as seguintes: **3.1 - Instrumentos financeiros:** **3.1.1 - Caixa e equivalentes de caixa:** Representam cheques emitidos e não compensados e numerário disponível em contas bancárias. Estes ativos apresentam risco insignificante de alteração do valor justo, e são acompanhados pela Sociedade na gestão das obrigações de curto prazo e estão representados pela rubrica "Caixa e Bancos". **3.1.2 - Ativos financeiros:** A Administração da Sociedade realiza a seguinte classificação dos seus ativos financeiros: **I. Valor justo por meio do resultado** - Representam títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustado ao seu respectivo valor justo e classificados no ativo circulante. As mudanças no valor justo desses ativos, incluindo rendimentos e ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado do período; **II. Disponíveis para venda** - Representam títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas classificações de "títulos para negociação" e "títulos mantidos até o vencimento". São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são apropriados ao resultado do período e são ajustados aos seus respectivos valores justos, classificados no ativo circulante e não circulante de acordo com os respectivos vencimentos. Os ganhos e as perdas decorrentes das variações dos valores justos não realizados são reconhecidos na rubrica "Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários" no patrimônio líquido, líquidos dos correspondentes efeitos tributários. As valorizações e desvalorizações, quando realizadas, são apropriadas ao resultado do período, em contrapartida da mencionada conta no patrimônio líquido. **III. Mantidos até o vencimento** - Representam títulos e valores mobiliários para os quais a Sociedade tem intenção e capacidade de manter em carteira até o vencimento. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são apropriados ao resultado do período. **IV. Empréstimos e recebíveis** - são ativos financeiros representados pelos créditos a receber e demais contas a receber, com pagamentos determináveis. Posteriormente, tais ativos são mensurados pelo custo amortizado, ajustado, quando aplicável, por reduções ao valor

recuperável. **3.2 - Redução ao valor recuperável:** **3.2.1 - Ativos financeiros:** A Administração da Sociedade realiza a análise de recuperabilidade dos seus ativos no mínimo a cada data de balanço. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido a Sociedade em condições não consideradas normais; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Se um evento subsequente indicar reversão da perda, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. **3.2.2 - Créditos das operações de capitalização:** A redução ao valor recuperável dos créditos das operações de capitalização é realizada conforme critério definido na Circular SUSEP nº 517/15 e alterações, ou seja, para os créditos vencidos há mais de 60 dias a sociedade reconhece o registro em conta redutora ao ativo correspondente. **3.3 - Imobilizado:** Mensurado ao custo histórico menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item. **3.4 - Intangível:** Mensurado pelo custo histórico, e é constituído por gastos com aquisição de software. As amortizações são calculadas pelo método linear, considerando o prazo de vida útil de 5 anos, à taxa de 20% a.a. **3.5 - Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (no exercício) para imposto de renda, e 15% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **3.6 - Provisões técnicas:** **3.6.1 - Provisão matemática para capitalização:** A provisão matemática para capitalização deve ser constituída enquanto não ocorrido o evento gerador de resgate do título, e abrange a parcela dos valores arrecadados para capitalização, devendo ser calculada para cada título que estiver em vigor ou suspenso durante o prazo previsto em nota técnica atuarial. **3.6.2 - Provisão para resgates:** Deve ser constituída a partir da data do evento gerador de resgate do título e/ou do evento gerador de distribuição de bônus até a data da liquidação financeira ou do recebimento do comprovante de pagamento da obrigação, ou conforme os demais casos previstos em lei, nas modalidades a seguir: **3.6.2.1 - Resgate de títulos vencidos:** Deve ser constituída para todos os títulos com prazo de vigência concluído. **3.6.2.2 - Resgate antecipado de**

corrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. Com o objetivo de minimizar o risco de crédito, a maior parte dos ativos garantidores está alocada em títulos públicos federais e o restante dos recursos alocados em ativos de créditos privados criteriosamente selecionados e que são monitorados diariamente pela gerência financeira e acompanhado pelo Comitê de Investimentos. Em relação a emissões de empresas financeiras e não financeiras é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos. Um dos itens que integram as análises é o *rating* atribuído por agências especializadas. O volume das aplicações em créditos privados detidos diretamente e através de fundos exclusivos estava assim distribuído na data base, de acordo com a classificação das agências de *rating*: *Fitch*, *Moody's* e *Standard&Poor's*:

Rating	2018				
	Debêntures	CDB/RDB	LF	NP	Total
A-	-	-	-	552	552

Em janeiro de 2019, a nota promissória que apresentava classificação de *rating* A- venceu, e não ocorreram novas aplicações similares àquela posição de dezembro de 2018. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez consiste na possibilidade da ocorrência de perdas decorrentes da inexistência de recursos suficientes para o cumprimento, nas datas previstas, dos compromissos assumidos, ou seja, consiste na possibilidade de uma empresa não ser capaz de honrar seus compromissos financeiros. Como forma de mitigar esse risco, a Capemisa mantém a carteira de liquidez alocada em títulos de renda fixa ou fundos de investimentos abertos e monitora a solvência e previsões contínuas das exigências de caixa com o objetivo de garantir liquidez diária e suprir as necessidades da companhia. O controle da posição de liquidez ocorre diariamente por meio do monitoramento do fluxo de caixa. A aplicação dos recursos garantidores de reservas técnicas e das provisões estão de acordo com a regulação vigente, observando os critérios do ALM, com vencimentos e liquidez capazes de fornecer margem para alcançar os objetivos da companhia. A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez que a Sociedade está exposta:

	Vencidos			A Vencer		Total
	Sem Vencimento	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	
Caixa e Bancos	709	-	-	-	-	709
Aplicações	36.062	-	-	552	5.261	41.875
Créditos das Operações de capitalização	-	4	-	17.042	-	17.046
Outros créditos operacionais	-	-	-	-	-	-
Total dos ativos	3.771	4	-	17.594	5.261	59.630

	Vencidos			A Vencer		Total
	Sem Vencimento	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	
Contas a pagar	18	-	-	1.979	-	1.997
Depósitos de terceiros	879	-	-	-	-	879
Provisões Técnicas	360	927	1.428	33.410	-	36.125
Total dos passivos	1.257	927	1.428	35.389	-	39.001

títulos: Deve ser constituída para todos os títulos cancelados após o prazo de suspensão ou em função de evento gerador. **3.6.3 - Provisão para sorteios a realizar:** A provisão para sorteios a realizar abrange a parcela dos valores arrecadados para sorteio e deverá ser constituída para cada título cujos sorteios tenham sido custeados, mas que, na data da constituição, ainda não tenham sido realizados. **3.6.4 - Provisão para sorteios a pagar:** A provisão para sorteios a pagar deverá ser constituída, a partir da data de realização do sorteio até a data da liquidação financeira ou do recebimento do comprovante de pagamento da obrigação, ou conforme os demais casos previstos em lei. **3.6.5 - Provisão complementar de sorteios:** A provisão complementar de sorteios deve representar a melhor estimativa para garantir o pagamento do prêmio de sorteio complementar ao previsto na PSF. Os critérios e cálculos para constituição de seu saldo, devem respeitar as cláusulas contratuais definidas para a realização de sorteios futuros com contemplação obrigatória ou de premiação instantânea. **3.6.6 - Provisão de despesas administrativas:** A provisão para despesas administrativas tem o objetivo de garantir a cobertura das despesas administrativas futuras com a manutenção/operacionalização da carteira em um cenário de *run-off*. **3.6.7 - Prescrição de títulos:** A Sociedade adota, nas provisões para resgates e sorteios a pagar, a baixa dos valores prescritos atendendo as disposições previstas no Código Civil. **3.6.8 - Reconhecimento dos efeitos inflacionários:** Durante o período, as provisões técnicas foram atualizadas com base na TR. **3.7 - Avaliação de ativos e passivos:** Os ativos e passivos são sujeitos à atualização monetária com base nos índices definidos legalmente ou em contratos. **3.8 - Classificação no circulante e não circulante:** A Sociedade procede, no mínimo a cada data de balanço, a revisão dos valores inscritos no Ativo e no Passivo Circulante, com o objetivo de transferir para o não circulante aqueles cujos vencimentos ultrapassarem o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data-base. **3.8.1 - Ativos e passivos sem vencimento:** A classificação entre circulante e não circulante para os ativos e passivos que não possuem vencimento é feita de acordo com a natureza e especificidade da operação. Os ativos mantidos com o propósito de negociação são considerados no ativo circulante. **3.9 - Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência: Para o reconhecimento das receitas de capitalização o registro é realizado a partir da data de emissão do produto de Pagamento Único (PU). O reconhecimento das despesas de provisões técnicas das operações de capitalização é na emissão do título. A própria natureza da operação dos produtos atualmente comercializados pela Capemisa Capitalização é suficiente para comprovar a contabilização das receitas de forma integral e não diferida. Isto porque, os sorteios ocorrem no primeiro ou segundo mês de vigência, conforme estabelecido em Nota Técnica Atuarial, não havendo, portanto, despesas residuais relevantes que justifiquem o diferimento da receita. A receita com prescrição de títulos corresponde às contribuições registradas nas provisões de sorteios a pagar, e são reconhecidas nos prazos estabelecidos no Código Civil.

4 - Aplicações financeiras:

4.1 - Composição das aplicações financeiras:

Em 2019:

Categoria	Nível de Hierarquia	Taxa de Juros	Vencimento	Valor Contábil	Valor Justo	% por Categoria
I- Valor justo por meio do resultado				52.091	52.091	84,32%
Fundo de Investimento de Renda Fixa	1	-	-	14.929	14.929	24,17%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/03/2020	1.099	1.099	1,78%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/03/2021	2.199	2.199	3,56%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/09/2022	1.465	1.465	2,37%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/03/2023	4.134	4.134	6,69%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/03/2024	3.662	3.662	5,93%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/09/2024	1.486	1.486	2,41%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/03/2025	9.938	9.938	16,09%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/09/2025	5.858	5.858	9,48%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/03/2026	7.321	7.321	11,85%
II- Disponível para venda (*)				3.873	3.873	6,27%
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	1	8,05% a 6,01% a	01/07/2022	612	612	0,99%
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	1	8,44% a	01/07/2023	3.261	3.261	5,28%
III- Mantido até o vencimento (**)				5.814	6.324	9,41%
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	1	7,94% a 10,54% a	01/01/2022	2.986	3.247	4,83%
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	1	9,19% a	01/07/2022	2.828	3.077	4,58%
Total				61.778	62.288	100,00%

Em 2018:

Categoria	Nível de Hierarquia	Taxa de Juros	Vencimento	Valor Contábil	Valor Justo	% por Categoria
I- Valor justo por meio do resultado				34.875	34.875	83,28%
Fundo de Investimento de Renda Fixa	1	-	-	14.174	14.174	33,85%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/03/2020	1.037	1.037	2,48%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/03/2021	2.074	2.074	4,95%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/09/2022	1.383	1.383	3,30%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/03/2023	3.901	3.901	9,31%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/09/2024	4.412	4.412	10,54%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/03/2025	7.894	7.894	18,85%
II - Disponível para venda (*)				1.187	1.187	2,84%
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	1	9,36% a 10,00% a	01/01/2022	1.187	1.187	2,84%
III - Mantido até o vencimento (**)				5.813	6.037	13,88%
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	1	9,60% a 10,54% a	01/10/2020	510	531	1,22%
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	1	10,54% a 9,19% a	01/01/2022	2.161	2.295	5,16%
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	1	9,19% a	01/07/2022	2.590	2.659	6,18%
Nota Promissória	1	CDI + 3,5%	22/01/2019	552	552	1,32%
Total				41.875	42.099	100,00%

(*) O Saldo na curva é de R\$ 3.738 em 2019 (R\$ 1.147 em 2018). (**) Os referidos investimentos estão avaliados na "curva".

4.2 - Movimentação das aplicações financeiras

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantido até o vencimento	Total
Saldo em 2017	14.998	-	4.264	19.262
Aplicação	86.725	1.086	7.528	95.339
Resgate	(68.119)	-	(6.478)	(74.597)
Rendimentos	1.271	61	499	1.831
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	40	-	40
Saldo em 2018	34.875	1.187	5.813	41.875
Aplicação	178.744	3.625	562	182.931
Resgate	(163.685)	(1.209)	(1.091)	(165.985)
Rendimentos	2.157	176	530	2.863
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	94	-	94
Saldo em 2019	52.091	3.873	5.814	61.778

4.3 - Garantia das Provisões Técnicas: Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

	2019	2018
Aplicações em Renda Fixa	61.778	41.875
A Sociedade possui excesso de cobertura no montante de R\$ 14.830 (R\$ 5.750 em 2018).		

5 - Créditos das operações de capitalização: A composição dos créditos de títulos de capitalização a receber por vencimento, está distribuído da seguinte forma:

	2019	2018
A vencer entre 1 e 30 dias	10.937	17.039
Vencidos entre 61 e 150 dias	67	7
Total	11.004	17.046
Redução ao valor recuperável	(67)	(7)
Total	10.937	17.039

A movimentação dos créditos das operações de capitalização está demonstrada a seguir:

	2019	2018
Saldo inicial	17.046	12.098
Emissões	425.617	211.978
Recebimentos	(431.659)	(207.030)
Saldo final	11.004	17.046

6 - Outros créditos operacionais: Refere-se a realização de Instrumentos Particulares de Confissão de Dívidas conforme demonstrado abaixo:

Celebração da Confissão de Dívida									
Confissão de Dívida	Valor Total	Forma de Pagamento	Quantidade de parcelas	Valor da Parcela	Data primeiro pagamento	Saldo em 2019	RVR	Saldo em 2019	
(a) 07/06/2019	909	Mensal							



CAPEMISA Capitalização S/A
CNPJ: 14.056.028/0001-55

10 - Impostos, encargos sociais a recolher e encargos trabalhistas

	2019	2018
Impostos e encargos sociais a recolher:		
Imposto de renda retido na fonte	1.209	815
Contribuições previdenciárias e FGTS	81	46
Imposto sobre Serviços Retido	15	3
Outros impostos e encargos sociais	15	10
	1.320	874

Encargos trabalhistas:

Férias a pagar	158	81
Encargos sociais a recolher sobre férias	54	28
	212	109

11 - Impostos e contribuições

	2019	2018
Imposto de renda	123	182
Contribuição social	75	144
COFINS	556	44
PIS	90	7
	844	377

12 - Débitos operacionais: Está representado basicamente por gastos relacionados a serviços profissionais de auditoria, preposto e gráfica das operações de capitalização. Estão distribuídos conforme demonstrados a seguir:

	2019	2018
De 1 a 30 dias	724	549
De 30 a 60 dias	-	270
De 61 a 120 dias	-	47
De 121 a 365 dias	-	13
	724	879

13 - Depósitos de terceiros: Os depósitos de terceiros são representados, basicamente, por cobrança antecipada de arrecadação com títulos de capitalização. Estão distribuídos conforme demonstrados a seguir:

	2019	2018
De 1 a 30 dias	724	549
De 30 a 60 dias	-	270
De 61 a 120 dias	-	47
De 121 a 365 dias	-	13
	724	879

14 - Provisões Técnicas: Abaixo apresentamos a movimentação das provisões técnicas:

	PMC	PDA	PRA	PSP	PSR	PCS	Totais
Saldo em 2017	11.418	273	-	2.312	-	-	14.003
Constituição	106.503	3.788	91.294	97.647	26.173	71.512	396.917
Reversão	(91.294)	(3.701)	(91.190)	(91.112)	(26.173)	(71.512)	(374.982)
Juros + Correção Monetária	187	-	-	-	-	-	187
Saldo em 2018	26.814	360	104	8.847	-	-	36.125
Constituição	189.276	7.787	178.509	141.347	69.133	72.197	658.249
Reversão	(178.509)	(7.300)	(178.565)	(141.797)	(69.131)	(72.197)	(647.499)
Juros + Correção Monetária	510	-	-	(437)	-	-	73
Saldo em 2019	38.091	847	48	7.960	2	-	46.948

15 - Tributos diferidos: Está representado por imposto de renda e contribuição social incidentes sobre os outros resultados abrangentes, nos valores de R\$ 34 (R\$ 10 em 2018) e R\$ 20 (R\$ 8 em 2018), respectivamente.

16 - Patrimônio Líquido: 16.1 - Capital Social: O capital subscrito é de R\$ 16.759 (R\$ 16.758 em 2018) e está representado por 15.914.000 (15.914.000 em 2018) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, e está assim composto: 15.794.000 ações para a acionista controladora, Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A, e 120.000 ações para a acionista Capemisa Instituto de Ação Social. **16.2 - Aumento de Capital:** Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 18 de dezembro de 2018, às 16 horas, na sede da Sociedade, os acionistas da Capemisa Capitalização S/A deliberaram pelo aumento do seu capital social, no valor de R\$ 3.501, com a emissão de 2.714.000 ações, sendo o valor de R\$ 3.500 integralizado na mesma data, e o saldo remanescente a ser integralizado até 31 de janeiro de 2019. A referida deliberação foi submetida à apreciação da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP em 18 de janeiro de 2019, sob o nº de processo 15414.601415/2019-29. Em 2019, através da portaria nº 45 de 03 de maio de 2019, a SUSEP aprovou as deliberações tomadas pelos acionistas através da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de dezembro de 2018. **16.3 - Reservas de Lucros:** A reserva legal é constituída ao final do exercício social com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício. Será constituída pela Sociedade até que o seu valor atinja 20% do capital social em conformidade com a Lei. O saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após as deduções legais, a constituição da reserva legal e a distribuição de dividendos, deverá constituir a Reserva de Investimento e Capital de Giro, que tem por finalidade assegurar investimentos no Ativo Permanente e acréscimo do Capital de Giro da Sociedade, podendo, inclusive, absorver prejuízos. **16.4 - Dividendos:** De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme legislação societária e estatuto social. O estatuto social ainda autoriza a Sociedade, mediante proposta da Diretoria, aprovada pela Assembleia Geral, a declarar dividendos à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço. Com base na Assembleia Geral Ordinária de 27/02/2019, os acionistas revisaram a proposta de destinação do lucro líquido de 2019, e deliberaram que o lucro líquido do exercício de 2019, após constituição das reservas obrigatórias, fosse destinado a constituição da reserva estatutária. Na apuração da base de cálculo para distribuição dos dividendos para os acionistas no exercício de 2019, a Sociedade não realizou a proposta de distribuição do dividendo mínimo obrigatório, tendo em vista, a distribuição de juros sobre o capital próprio superou o valor do dividendo mínimo obrigatório, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	4.150	1.877
Constituição da reserva legal (5%)	(208)	(94)
Base de cálculo dos dividendos	3.942	1.783
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	986	445
(-) Juros sobre capital próprio	1.000	-
Dividendos anuais propostos	-	445

17 - Patrimônio Líquido Ajustado - PLA: Apresentamos a posição do patrimônio líquido ajustado da Capemisa Capitalização em conformidade com a Resolução CNSP nº 343, de 26.12.2016:

	2019	2018
Patrimônio líquido:	24.364	20.709

I - Ajustes Contábeis

Despesas antecipadas	(25)	(20)
Ativos Intangíveis	(64)	(1)

II - Ajustes associados à variação dos valores econômicos

Diferença entre valor de mercado e valor dos ativos financeiros mantidos até o vencimento	306	123
---	-----	-----

Patrimônio líquido ajustado

18 - Adequação de Capital	24.581	20.811
----------------------------------	---------------	---------------

	2019	2018
(a) Capital Base	10.800	10.800
(b) Capital de Risco	4.783	3.773
CR Subscrição (i)	2.426	1.208
CR Crédito (ii)	1.558	1.923
CR Operacional (iii)	1.104	871
CR Mercado (iv)	566	464
Patrimônio líquido ajustado	24.581	20.811
Capital Mínimo Requerido – CMR: maior entre (a) e (b). (v)	10.800	10.800
Suficiência de capital - R\$	13.781	10.011

(a) A Resolução CNSP nº 321/2015 de 15 de julho de 2015, alterada pela Resolução CNSP nº 343/2016 e suas alterações, dispõe que o Capital Base é o montante fixo de capital que a sociedade supervisionada deverá manter, a qualquer tempo; (b) A Resolução CNSP nº 321/2015 de 15 de julho de 2015, alterada pela Resolução CNSP nº 343/2016 e suas alterações, dispõe que o Capital de Risco é o montante variável de capital que a sociedade supervisionada deverá manter, a qualquer tempo, para garantir os riscos inerentes à operação. (i) A Resolução CNSP nº 321/2015 de 15 de julho de 2015, alterada pela Resolução CNSP nº 343/2016 e suas alterações, dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital adicional baseado no risco de subscrição das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras locais. (ii) A Resolução CNSP nº 321/2015 de 15 de julho de 2015, alterada pela Resolução CNSP nº 343/2016 e suas alterações, dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital adicional baseado no risco de subscrição das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras locais. (iii) A Resolução CNSP nº 321/2015 de 15 de julho de 2015, alterada pela Resolução CNSP nº 343/2016 e suas alterações, dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital adicional baseado no risco operacional das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras locais. (iv) A Resolução CNSP nº 321/2015 de 15 de julho de 2015, alterada pela Resolução CNSP nº 343/2016 e suas alterações, dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital adicional baseado no risco de mercado das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras locais. (v) A Resolução CNSP nº 321/2015 de 15 de julho de 2015, alterada pela Resolução CNSP nº 343/2016 e suas alterações, dispõe sobre o capital mínimo requerido para autorização e funcionamento e sobre o plano de regularização de solvência das sociedades seguradoras, das entidades abertas de previdência complementar, das sociedades de capitalização e das resseguradoras locais. Capital Mínimo Requerido (CMR) é o capital total que a sociedade supervisionada deverá manter, a qualquer tempo, para operar, sendo equivalente ao maior valor entre o Capital Base e o Capital de Risco.

19 - Detalhamento das contas de resultado

	2019	2018
a) Custos de aquisição	(79.714)	(813)
Distribuição de título de capitalização	(71.597)	-
Impressos e materiais de vendas	(5.147)	-
Processamento de dados	(175)	-
Vigilância	(672)	-
Auditoria	(571)	-
Preposto	(611)	-
Outros custos de aquisição	(941)	(813)
b) Outras receitas e despesas operacionais	(934)	(1.185)
Outras receitas com títulos de capitalização com prescrição	531	57
Outras receitas com títulos de capitalização	4	-
Outras despesas com Consultorias	(952)	(566)
Outras despesas com títulos de capitalização	(89)	(668)
Redução com valor recuperável	(428)	(8)
c) Despesas com pessoal	(3.728)	(2.348)
Despesas com administração e empregados	(2.407)	(1.591)
Despesas com Indenizações	(5)	-
Despesas com encargos sociais	(669)	(419)
Despesas com assistência social	(473)	(246)
Outras despesas com pessoal	(174)	(92)

d) Despesas com serviços de terceiros	(1.101)	(899)
Manutenção de software	(815)	(688)
Outros	(286)	(211)
e) Despesas com localização e funcionamento	(482)	(130)
Aluguel	(171)	-
Viagens	(121)	(52)
Outros	(190)	(78)
f) Despesas com tributos	(4.493)	(432)
PIS e COFINS sobre operações de capitalização	(4.419)	(363)
Taxa de fiscalização	(69)	(69)
Outros	(5)	-
g) Resultado financeiro	2.563	1.692
Receitas financeiras	3.181	1.980
Rendimento de renda fixa - títulos privados	3	120
Rendimento de renda fixa - títulos públicos	1.990	1.238
Outras receitas financeiras	1.188	622
Despesas financeiras	(618)	(288)
Despesas com títulos de renda fixa	(105)	(99)
Despesas com provisões técnicas de capitalização	(510)	(187)
Despesas financeiras de encargos sobre tributos	(3)	(2)
Despesa com Juros Sobre o Capital	(1.000)	-
Reversão dos Juros Sobre o Capital	1.000	-

20 - Imposto de Renda e Contribuição Social: O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores registrados como despesas de imposto de renda e de contribuição social, como segue:

	2019		2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes do IRPJ/CSLL	5.330	5.330	3.405	3.405
Adições/Exclusões permanentes	1.367	1.192	94	50
Adições/Exclusões temporárias	(691)	(648)	64	51
Lucro Real	6.006	5.874	3.563	3.507
Alíquota nominal (*) – (**)	25%	15%	25%	20%
Impostos Devidos	1.478	881	868	701
Incentivos fiscais (***)	(2)	-	(18)	-
Impostos às alíquotas pela legislação vigente	1.476	881	850	701

Impostos apresentados na demonstração do resultado

Imposto corrente	(1.364)	(816)	(834)	(694)
Imposto diferido	(1476)	(881)	(850)	(701)
	112	65	15	7
Alíquota efetiva	30,12%	15,18%	24,49%	20,38%

(*) No caso do IRPJ, considera-se 10% sobre a parcela que exceder a R\$ 240 por ano, sendo aplicada proporcionalmente em períodos menores (R\$ 20 por mês). (**) Em 31/12/2018, para fins de CSLL era considerada a Lei nº 13.169/15 majorou a alíquota da CSLL de 15% para 20%. (***) A empresa aderiu ao Programa Empresa Cidadã, instituído pela Lei nº 11.770/2008 e regulamentado pelo Decreto nº 7.052/2009.

21 - Transações com partes relacionadas: A Sociedade possui operações com partes relacionadas, realizadas em condições compatíveis com as de mercado. Os saldos decorrentes de tais transações estão demonstrados a seguir:

	Ativo		Passivo		Receitas		Despesas	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A	-	289	1.242	803	3.391	3.298	2.139	1.970
Capemisa Instituto de Ação Social	-	-	6	3	-	-	-	-

21.1 - Remuneração do pessoal-chave da administração: A remuneração do pessoal-chave da administração, está demonstrada a seguir:

	2019	2018
Remuneração e outros benefícios de curto prazo	1.388	1.191

22 - Outros Assuntos: CPC 48 – “Instrumentos Financeiros” aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do CPC 48 foi publicada em dezembro de 2016, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*. O normativo citado acima será aplicado quando referendado pela SUSEP. Os possíveis impactos decorrentes da adoção destas alterações estão sendo avaliados pela Administração e serão concluídos até a data da entrada em vigor das normas. **22.1 - Marco Regulatório:** Em 3 de maio de 2018, foi publicada a Circular SUSEP nº 569, que dispõe sobre a operação de capitalização, as modalidades, elaboração, operação e comercialização de títulos de capitalização e dá outras providências, com entrada em vigor em 120 dias da data de publicação. Em 28 de agosto de 2018, foi publicada a Circular SUSEP nº 576 que altera a Circular SUSEP nº 569, e estabelece regras para a elaboração, a operação e a propaganda e material de comercialização de títulos de capitalização, e dá outras providências, com entrada em vigor em 31/08/2018. Com os novos normativos, os títulos de capitalização passam a ser estruturados em seis modalidades (Tradicional, Instrumento de Garantia, Compra Programada, Popular, Incentivo e Filantropia Premiável) e as Sociedades de capitalização não poderão comercializar títulos em desacordo com as normas já em vigor. Em 19 de dezembro de 2018, foi publicada a Circular SUSEP nº 582, que altera as Circulares SUSEP nº 569 e nº 576, dentre outras alterações. A Sociedade após processo de adaptação se encontra adequada dentro do prazo aos normativos emitidos pelo Órgão Regulador. **23 - Comitê de Auditoria:** Em consonância com Capítulo VII da Resolução CNSP nº 321/15, e alterações, a Capemisa Capitalização S/A aderiu ao Comitê de Auditoria instituído por sua Controladora, Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A. O resumo do relatório do Comitê de Auditoria será divulgado em conjunto com as demonstrações financeiras de 2019 da instituição controladora.

Jorge de Souza Andrade - Diretor - Presidente

Marcio Augusto Leone Koenigsdorf - Diretor

Marcio Coutinho Teixeira de Carvalho - Diretor

Rafael Graça do Amaral - Diretor

Elida Cristina Cassundé dos Santos Lopes - Contador - CRC - RJ 93.879/O-2

Patrícia Fernandes Nepomuceno Pinto - Atuarial - MIBA Nº 2476

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração e Acionistas da **CAPEMISA CAPITALIZAÇÃO S.A.** Rio de Janeiro – RJ. **Escopo da Auditoria:** Examinamos as provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a análise de solvência da **CAPEMISA CAPITALIZAÇÃO S.A.**, em 31 de dezembro de 2019, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuarial – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da **CAPEMISA CAPITALIZAÇÃO S.A.** é responsável pelas provisões técnicas, pelos demonstrativos do capital mínimo e a análise de solvência elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuarial – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no tópico “Escopo da Auditoria”, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuarial – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial de uma empresa de capitalização envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos demonstrativos do capital mínimo e da análise de solvência. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuarial, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuarial considera que os controles internos da **CAPEMISA CAPITALIZAÇÃO S.A.** são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria

obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas, demonstrativos do capital mínimo e a análise de solvência da **CAPEMISA CAPITALIZAÇÃO S.A.**, em 31 de dezembro de 2019 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuarial – IBA. **Outros assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela **CAPEMISA CAPITALIZAÇÃO S.A.**, e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes. São Paulo, 10 de fevereiro de 2020.

Grant Thornton

Grant Thornton Serviços Atuariais Ltda.
CNPJ: 33.950.548/0001-51
CIBA Nº 161

ELMO HENRIQUE DE MORAES

Atuarial MIBA 2040

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas da **CAPEMISA CAPITALIZAÇÃO S.A.** Rio de Janeiro – RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da **CAPEMISA CAPITALIZAÇÃO S.A.** (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CAPEMISA CAPITALIZAÇÃO S.A.** (“Sociedade”) em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão